

# GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 26 de setembro de 2011; 14:30h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT 01 – Brasília/DF.

### Pauta

#### 1. Informes

Informe sobre os calendários de elaboração dos Planos Setoriais;

#### 2. Discussões Temáticas

Apresentação do MRE – Panorama sobre as negociações internacionais na área de clima;  
Apresentação do MMA – COPA 2014 e interface com os Planos Setoriais;  
Debates

#### 3. Encaminhamentos

Próxima reunião 31/10/2011

Apresentação – Plano Setorial de Recursos Hídricos

### **2. Discussões:**

#### **2.1 Informes**

- Karen Suassuna (MMA) iniciou os trabalhos com dois informes sobre deliberações do CIM (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima), em reunião ocorrida em 20/09/2011. Informou que foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho sobre Monitoramento, sob coordenação de Adriano Santhiago (MMA), e que os trabalhos desse grupo devem começar na segunda quinzena de outubro. Informou ainda que, após consulta ao CIM, estabeleceu-se que o acesso de atores não-governamentais às reuniões do GEx será franqueado apenas quando houver pertinência temática.
- João Tedeschi (MF) informou que na mesma reunião do CIM, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho sobre Mercado de Carbono, sob coordenação do MF, e que o MF já havia enviado aos Ministérios envolvidos a solicitação de indicação de representantes para compor o GT até o dia 30/09. Informou ainda que a primeira reunião do GT ocorrerá em 10/10/2011.
- Karen Suassuna (MMA) abriu espaço para que os coordenadores dos planos setoriais fizessem relatos sobre o andamento dos planos:
- Hamilton Moss (MME) informou, em nome do coordenador do plano setorial de Mineração, Edson Mello (MME), que o MME já realizou levantamento de informações técnicas para a elaboração do plano e que já havia uma discussão interna sobre um Termo de Referência para contratação de uma consultoria para trabalhar na elaboração do plano.
- Jairo Silva (MTransportes) informou que o plano setorial de transportes trabalhará com 2 cenários possíveis: um cenário englobando ações do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e PNLT (Plano Nacional de Logística e Transportes); e um cenário alternativo, que não contempla as ações do PAC. O MT ainda realizou reunião em SP na semana de 19 de setembro para estabelecer metodologias de cálculo de emissões a serem utilizadas na construção do plano setorial.
- Carla Ribeiro (MS) informou que o Termo de Cooperação entre o MS e MMA para o recebimento de recursos do Fundo Clima para apoio ao plano setorial de saúde já foi assinado pelo MS. Nas

próximas semanas, o MS trabalhará em seu calendário de trabalho.

- João Alencar (MCidades) informou que o MCidades já estabeleceu portaria interna que nomeou os membros do Ministério responsáveis pela construção do plano setorial de transportes. Informou ainda que o MCidades, em conjunto com o IEMA (Instituto Energia e Meio Ambiente) já definiram o sumário para o braço de transporte urbano do plano setorial de transportes. Apontou as dificuldades do MCidades no levantamento de informações para o cálculo da linha de base a ser utilizada no plano setorial.

- Demétrio Filho (MDIC) afirmou que o plano setorial de siderurgia se encontrava em fase de entendimentos com os diferentes atores do setor e as discussões sobre o plano seriam retomadas com o reinício das atividades no âmbito da ABNT, no tocante a discussões sobre normas técnicas para o setor de carvão vegetal. Com relação ao plano setorial de indústria, informou que na semana anterior ocorreu reunião de mobilização em evento promovido pela CNI e que o calendário de trabalho para o plano prevê a realização de 2 reuniões de trabalho com cada grupo setorial. Apontou que a expectativa é apresentar o plano setorial ao GEx e ao FBMC ao final de novembro.

- Neilton Fidélis (Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas) informou que o FBMC apresentou proposta de calendário de reuniões entre o Fórum e os coordenadores dos planos setoriais na última reunião do CIM. Apontou que no dia 03/10 deverá acontecer a primeira reunião, em Brasília, em local a ser definido. Espera-se que nessa reunião os coordenadores dos planos setoriais apresentem os calendários de trabalhos e as metodologias a serem utilizadas na construção dos planos. Posteriormente, serão indicados 5 a 6 representantes do Fórum para acompanhar cada plano setorial, de acordo com a necessidade. Neilton apontou que o processo de trabalho do FBMC com os planos setoriais deve englobar ainda a realização de mais duas reuniões de acompanhamento dos planos setoriais, que devem acontecer no final de outubro e no final de novembro.

- Karen Suassuna (MMA) reforçou a importância da elaboração dos calendários de trabalho para a construção dos planos setoriais como forma de conferir transparência ao processo, permitindo a participação dos atores interessados.

- Eduardo Assad (MMA) informou que o MMA participará de reunião promovida pelo Instituto Ethos, em 21/10/11, que terá como objetivo apresentar o estado dos planos estaduais sobre Mudança do Clima e explorar possíveis interfaces com os planos setoriais nacionais de mitigação e adaptação à mudança do Clima.

- André Odenbreit (MRE) indicou que seria interessante o MMA apresentar um relato sobre a reunião do Instituto Ethos no próximo GEx.

## **2.2. Apresentação: Panorama sobre as negociações internacionais na área de clima**

- André Odenbreit (MRE) iniciou sua exposição afirmando que era preciso refletir sobre as relações existentes entre as negociações internacionais e o trabalho que é feito nacionalmente na construção e condução dos planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

- Como primeiro elemento, apontou a necessidade de se refletir sobre a continuidade de uma arquitetura institucional nos moldes apontados no Protocolo de Quioto. Enfatizou que, cada vez mais, países desenvolvidos e em desenvolvimento terão mais responsabilidades no tocante à comunicação e ao monitoramento de suas ações de mitigação. Ainda que essa responsabilidade se dê sob o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, haverá maior cobrança internacional.

- Afirmou que é preciso considerar que as ações internas brasileiras, os planos setoriais, precisarão produzir informações também para o plano exterior e não apenas para o plano nacional.

- Apontou que a não observância dos mecanismos de comunicação e monitoramento, sob Quioto, causaria uma restrição à utilização de mecanismos de flexibilização. E que a criação de algum instrumento relacionado à avaliação no âmbito da Convenção poderia provocar um abandono da arquitetura estabelecida no Protocolo de Quito, o que não seria interessante para os países em desenvolvimento.

- Apontou as diferenças existentes, no âmbito das negociações internacionais, sobre o grau de detalhamento de relatórios bianuais, relatórios de atualização bienais, as comunicações nacionais, os inventários, etc... Apontou o interesse dos países em desenvolvimento em ter as suas atividades de comunicação à Convenção financiadas pelos países desenvolvidos.
- O grau de detalhamento das informações disponibilizadas pode impactar um futuro mercado nacional de emissões.
- Apontou que o Brasil precisa pensar o custo de suas ações de mitigação e a adaptação e qual o papel que os mecanismos de financiamento internacional podem ter na estruturação das ações brasileiras. Qual a importância do Fundo Verde para o Clima? O Brasil pretende buscar financiamento desse fundo?
- Com relação à questão de florestas, André Odenbreit apontou que existem diferenças de expectativas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o instrumento de REDD. Os primeiros desejam um debate mais conceitual sobre o que pode ser REDD, enquanto os países em desenvolvimento pretendem debater REDD como instrumento de financeiro. Um discussão nacional, precisa abordar elementos para a construção de uma estratégia nacional, salvaguardas... Para Odenbreit, uma solução financeira para REDD tornaria o mecanismo menos favorável aos países em desenvolvimento. Um mecanismo mais geral talvez fosse o desenho mais interessante.
- Chamou a atenção para o fato dos inputs técnicos para as negociações estarem diminuindo (contenção de gastos) e a necessidade de se ampliar o envolvimento técnico dos Ministérios nos processos de negociação internacional, sobretudo em um período no qual a agenda de transparência das comunicações nacionais passam a ganhar maior importância e o delicado momento de negociações pós 2012.
- O MME questionou como os diferentes países encaram um possível segundo período de negociações pós Quioto. Odenbreit afirmou que há duas visões: um de um grupo de países, como os do bloco europeu, que aceitam um segundo período de compromisso como período de transição para a construção de um sistema institucional mais abrangente (que incluiria compromissos de países como o Brasil) e uma outra visão, de países como Japão, Canadá e Rússia, que não se dispõem a participar de um segundo período de compromisso e almejam a construção de uma arquitetura institucional mais ampla e imediata. Os EUA por sua vez, defendem a construção de um regime internacional mais aberto para definições nacionais, ficando o plano internacional apenas como meio de trocas de informações, mas não de cobranças e compromissos mais rígidos. Os países em desenvolvimento pressionam por um segundo período de compromisso.
- João Alencar (MCidades) questionou as implicações dos compromissos assumidos pelos estados brasileiros para o cenário de negociação internacional. Odenbreit afirmou que em termos de negociações internacionais, apenas interessam as obrigações e compromissos assumidos pelo Governo Federal, uma vez que os estados não são passíveis de serem demandados internacionalmente. Karen Suassuna (MMA) e Eduardo Assad (MMA) confirmaram o mesmo entendimento do MRE, indicando que sistema federativo brasileiro permite que os estados estabeleçam legislações mais rigorosas que o ordenamento federal, sem impactar os compromissos assumidos pelo Brasil nas negociações internacionais.
- Devido o adiantado da hora, optou-se por transferir a apresentação sobre COPA 2014 e interface com os Planos Setoriais, que seria feita pelo MMA para a próxima reunião do GEx (31/10).

### **3. Encaminhamentos:**

**3.1.** Eduardo Assad (MMA) informou sobre a possibilidade de apresentação das primeiras ideias sobre o Plano Setorial de Recursos Hídricos na próxima reunião do GEx (31/10). O MME se manifestou e sugeriu uma reunião prévia entre MMA e MME para obter mais informações sobre o objetivo e escopo do Plano antes da próxima reunião do GEx. O MME manifestou preocupação sobre as possíveis implicações de um plano setorial de mitigação e adaptação à mudança do clima do setor de recursos hídricos no setor energético brasileiro. Eduardo Assad (MMA) indicou que a reunião entre MMA e MME será agenda entre os dois

Ministérios.

**3.2.** Na próxima reunião do GEx (31/10) será realizada a apresentação do MMA sobre COPA 2014 e interface com os planos setoriais.

**3.3.** Karen Suassuna (MMA) solicitou que fosse acrescentado à sugestão de pauta para o próximo GEx um debate sobre possíveis estratégias do grupo para o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.